
Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51360>

**Os empresários e a transição política brasileira: um estudo de caso a
partir do Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa**

*Business Elites and the Brazilian Political Transition: A Case Study of the
Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa*

*Los Empresarios y la Transición Política Brasileña: Un Estudio de Caso a Partir
del Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa*

David A. Castro Netto*

<https://orcid.org/0000-0001-5435-6799>

RESUMO: O final dos anos 1970 e começo dos anos 1980 foram marcados por diversas transições. Desde o fim das políticas coloniais em África e Ásia, passando por processos de esgotamento do autoritarismo na Europa. Na América Latina, algumas ditaduras, ainda que com níveis altos de violência, estavam dando seus últimos suspiros. No caso brasileiro, o processo de transição política foi complexo pois, ao mesmo tempo em que eclodia um novo movimento social que tensionou os limites da abertura lenta, gradual e segura, este não foi suficiente para impor uma transformação radical na proposta da ditadura. Neste texto, analisaremos como uma fração da sociedade civil, os empresários, por meio do Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa, apresentaram sua proposta para um Brasil pós-ditadura que, em linhas gerais, mantivesse a política militarizada e a economia liberal.

Palavras-chave: Abertura Política. Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa. Neoliberalismo. Transição Política.

ABSTRACT: The late 1970s and early 1980s were characterized by a global wave of political transitions, ranging from the end of colonial rule in Africa and Asia to the collapse of authoritarian regimes in Europe. In Latin America, various dictatorships were in their waning days, despite maintaining high levels of violence. The Brazilian case presented a complex transitional process:

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com ênfase nas relações entre a publicidade brasileira e a ditadura militar, mestre pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), autor do livro *Propaganda e legitimação na ditadura militar brasileira*. E-mail: dacnetto2@uem.br.

while an emerging social movement strained the boundaries of the "slow, gradual, and secure" opening (abertura), it lacked the leverage to impose a radical transformation of the dictatorial project. This article analyzes how a specific segment of civil society—the business elites—through the National Campaign for Free Enterprise (Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa), advanced a vision for post-dictatorship Brazil that sought to preserve a militarized political framework while institutionalizing a liberal economy.

Keywords: Political Opening. National Campaign for Free Enterprise. Neoliberalism. Brazilian Transition.

RESUMEN: El final de la década de 1970 y el comienzo de la de 1980 estuvieron marcados por diversas transiciones: desde el fin de las políticas coloniales en África y Asia, hasta los procesos de agotamiento del autoritarismo en Europa. En América Latina, algunas dictaduras, aunque mantenían altos niveles de violencia, daban sus últimos suspiros. En el caso brasileño, el período de transición política fue complejo ya que, si bien surgía un nuevo movimiento social que tensionó los límites de la apertura lenta, gradual y segura, este no fue suficiente para imponer una transformación radical al proyecto de la dictadura. En este artículo, analizaremos cómo una fracción de la sociedad civil —los empresarios— a través de la Campaña Nacional por la Libre Iniciativa (Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa), presentó su propuesta para un Brasil posdictadura que, en líneas generales, buscaba mantener un marco político militarizado y una economía liberal.

Palabras clave: Apertura Política. Campaña Nacional por la Libre Iniciativa. Neoliberalismo. Transición Brasileña.

Como citar este artigo:

Castro Netto, David A. “Os empresários e a transição política brasileira: um estudo de caso a partir do Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 190-214.

Introdução

A segunda metade dos anos 1970 foi marcada pela intensa transformação na geopolítica mundial. A partir da revolução dos Cravos, em Portugal, um conjunto explosivo de eventos desmontou governos autoritários na Europa e na América, representando o último suspiro da política colonial nos continentes africano e asiático.

Concomitante a este movimento, as orientações da gestão política e econômica inspiradas pelas teses do economista John Maynard Keynes que deram base aos chamados Estados de Bem-Estar Social também sofriam ataques mais intensos, passando de estabilizadores no mundo pós Segunda Guerra, para responsáveis pela crise que dava sinais na metade dos anos 1970. Os “anos dourados” (Hobsbawm 1995) chegavam ao fim.

Neste contexto surgem, por exemplo, o relatório da Comissão Trilateral (1975) e o Consenso de Washington (1989). Cada um a seu modo, além de darem densidade política e institucional, catapultam para o centro dos debates econômicos um grupo de economistas até então marginalizados do debate político (Hobsbawm 1995) que em 1947 haviam se reunido na Sociedade de Mont Pèlerin e elaboravam uma nova proposta de liberalismo, o neoliberalismo.

Historicamente, conhecemos os resultados destes eventos. Basicamente, os princípios do neoliberalismo são aplicados como laboratório no Chile, sob a ditadura de Augusto Pinochet (Chamayou 2020). Depois, aperfeiçoa-se para tornar-se viável nas potências centrais do capitalismo, Estados Unidos da América sob a gestão de Ronald Reagan e na Inglaterra sob gestão de Margaret Thatcher.¹

Quando procuramos colocar este prisma de análise sobre o Brasil nos deparamos com o momento de transição política. Em 1974, liderada por Ernesto Geisel, a ditadura brasileira ensaiava uma proposta de abertura “lenta, gradual e segura”, com o objetivo de um retorno controlado à democracia ou, pelo menos, àquilo que os militares chamavam de uma “democracia forte”.

Desta maneira, o Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa (MNPLI) pode ser compreendido como emergência desta matriz ideológica, ou seja, a defesa da “liberdade de iniciativa” e a crítica à presença do Estado na economia funcionaram como espécie de laboratório para a agenda que só se tornaria hegemônica anos mais tarde².

Os resultados deste processo histórico são conhecidos. Houve de fato uma abertura política controlada (Fico 2012), em que, se não todos, mas os principais objetivos da proposta da ditadura se realizaram (garantia da Anistia irrestrita e a continuidade de influência militar sobre a política). Entretanto, isso não significou que a transição proposta pelos militares não tenha enfrentado seus limites e testado sua eficácia frente ao novo contexto social que se desenvolveu no Brasil a partir das eleições de 1974 e de maneira mais intensa a partir de 1979 com a retomada dos movimentos sociais, em especial os trabalhadores.

¹ É importante destacar que não estamos sugerindo que existia neoliberalismo no Brasil nos anos 1980. O que queremos apontar neste artigo é que a necessidade de novas diretrizes econômicas já circulava em outros lugares para além dos EUA e Inglaterra.

² Como mostraremos na sequência, é importante levar em consideração as especificidades do contexto brasileiro. Assim, se é fato que a burguesia nacional procurava uma nova forma de gestão do Estado e foi ao encontro das propostas dos economistas neoliberais, isto não significou que tenham conseguido implementá-las imediatamente e nem na sua integralidade. Para ficar num exemplo simples, mesmo que apoiados no Consenso de Washington e com todo seu esforço, a proposta privatista das elites brasileiras teve que dialogar (confrontar) os movimentos sociais em marcha que, no contexto do texto da nova Constituição conseguiram garantir a obrigação do Estado na manutenção de alguns direitos, como ao trabalho e à saúde e só com o passar do tempo tais propostas foram minando o texto da Carta Constitucional.

A ascensão destes novos personagens (Sader 2007) envolvia um conjunto bastante heterogêneo da população, passando pelo movimento operário, o movimento galvanizado pela Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pelos Comitês Pela Anistia, o Movimento Contra a Carestia (ou Movimento do Custo de Vida - MCV) e pelo retorno dos exilados ao Brasil e ao campo político, em 1979.

Internamente, a ditadura também tinha que enfrentar duas formas de resistência ao projeto inicial de abertura. Primeiro, da ala mais próxima à repressão, cujo maior representante naquele momento era Sylvio Frota, que por meio de atentados a bomba, como o Riocentro, procuravam uma maneira de fechar o regime novamente³.

O segundo eixo será o objeto do nosso artigo. Nosso argumento central é que, a partir de 1977, a burguesia brasileira começava a se dar conta do esgotamento da ditadura e viu a necessidade de participar dos debates que tensionavam a abertura política de maneira propositiva. A ausência de projeto poderia representar um duplo risco: uma ameaça constante de marginalização das instâncias decisórias da política econômica (o que representaria um novo estágio de fechamento do regime) e, caso não restabelecida a aliança entre militares e empresários, o Brasil pós-ditadura poderia ser desenhado pelos movimentos sociais e, possivelmente, na direção de outra configuração.

Nesse contexto, a defesa de um novo Estado que garantisse a continuidade da militarização da política e o liberalismo na economia pareceu ser o caminho escolhido. É assim que analisaremos o “Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa” (MNPLI), ou seja, como um momento no qual a burguesia apresentava ao país o seu projeto de sociedade e que, como os outros, também estava em disputa no jogo político naquele momento.

Com duração de oito anos (1980 – 1988), a campanha foi idealizada por Héctor Brenner e apresentada ao Conselho Nacional de Propaganda (CNP). Sob direção da agência Denison Propaganda, foi apoiada por diversas instituições de classe. Vinculadas ao campo publicitário (APP, ABA, CONAR, ESPM), agências de publicidade (McCann-Erickson Publicidade LTDA e Castelo Branco e Associados Propaganda S.A), periódicos impressos como O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo e semanários como a Veja. Outras instituições e empresas também se alinhavam ao movimento, como indústrias Gessy Lever LTDA, Chrysler, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores “ANFAVEA”, Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), UNIBANCO, Editora Abril, Brasilpar, Grupo Gerdau Empreendimentos LTDA e IBM.

³ Não é nosso objetivo aqui analisar as frações internas da FFAA no contexto da abertura política. Este trabalho já foi realizado por autores como Chirio (2012). Sobre os atentados a bomba, ver Argolo (1996).

Nossas fontes estão reunidas no livro publicado em 2008, pela editora da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) em homenagem aos trinta anos do lançamento do MNPLI. Organizado por Roberto Corrêa e intitulado: Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa: uma contribuição da Publicidade à democracia brasileira.

Na introdução do livro, Hiran Castelo Branco reforça os argumentos apresentados nos anos 1980 ao ressaltar que “não foi tarefa fácil em um ambiente estatizante de governos autoritários”⁴ defender a livre empresa e a liberdade de empreender. A defesa da livre iniciativa é vinculada como pedra angular da própria essência da democracia. Como aponta Roberto Corrêa na apresentação do texto,

O farto material é, sem dúvida, não só uma documentação histórica de um período da nação brasileira, como também da contribuição que o setor da Propaganda deu em prol da implantação e desenvolvimento da democracia em nosso país. Esse fato merece todo o nosso respeito e admiração, principalmente em um país em que o culto às tradições e valores que marcam a trajetória de um povo costuma ser tão pouco cuidado (Corrêa 2008, 13).

Como é possível notar, o MNPLI foi bem-organizado, com amplo acesso a recursos⁵, toda a estrutura de preparação, apoio logístico e investimento em anúncios. Tal estrutura nos permite compreendê-la como parte de uma ação sofisticada da burguesia nacional na disputa política, frente ao avanço dos movimentos sociais, como o “Novo Sindicalismo”. Tal ação política procurava manter o controle dos rumos da transição como forma de garantir uma estrutura econômica que aprofundasse as formas de exploração, agora na direção do neoliberalismo.

Nosso texto está estruturado em dois momentos. Primeiro, faremos uma breve análise das transformações na relação entre os empresários e a ditadura militar no contexto da abertura política a partir da Campanha Contra a Estatização - momento de reação às propostas econômicas do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Na sequência, analisamos o Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa como uma intervenção propositiva que demarcou uma atuação de classe na disputa política e seus possíveis impactos na transição.

A reação dos empresários: A Campanha Contra a Estatização

Embora em retrospectiva seja consensual que a crise econômica dos anos 1970 impactou a ditadura de diversas formas, é importante dizer que isto não estava claro naquele momento. Com esta afirmação pretendemos escapar das análises simplistas que ligam o fim do ciclo econômico de

⁴ Hiran Castelo Branco. Prefácio ao livro Movimento Nacional pela Livre Iniciativa: uma contribuição da publicidade à democracia brasileira. Corrêa (2008, 09)

⁵ Infelizmente, não foi possível apontar as quantias gastas para cada etapa da campanha. Podemos supor que tais dados estejam entre os documentos do CNP, os quais ainda não temos acesso.

crescimento com o rompimento, ou melhor, o reposicionamento da burguesia nacional na sua relação com a ditadura militar.

Circunscrever a explicação aos fatos econômicos empobrece a análise. Ademais, basta observar, como o fez Cruz (1995), que, boa parte do empresariado manteve lucratividade, pelo menos, até 1979. Do ponto de vista político, o desgaste entre a ditadura e diversos setores do empresariado nacional acumulava-se desde, pelo menos, 1968.

Desta forma, nossa questão é compreender os motivos pelos quais, a partir de 1977, desencadeou-se uma campanha intensa por parte do empresariado nacional pelo retorno às liberdades individuais e ao “Estado Democrático de Direito”. Como apontam Cruz (1995) e Codato (1995), o que teria levado à repentina descoberta de orientação liberal-democrática da elite empresarial brasileira?

Não é tarefa simples compreender os movimentos realizados pela elite empresarial brasileira a partir de 1974. Codato (1995) faz uma análise extensa da bibliografia sobre as diferentes ações desta classe e como suas relações com a ditadura passaram por momentos de tensão. A particularidade está em compreender os significados e as condicionantes de palavras como liberdade ou liberalização e retorno ao Estado Democrático de Direito significaram para este grupo.

Antes das explicações, vale destacar algumas das principais mudanças econômicas levadas a cabo pelo governo E. Geisel a partir do lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Codato (1995) aponta para uma reestruturação ampla das instâncias decisórias da política econômica nacional que fechavam os espaços de ação de tais setores em postos chave no Estado. Como destaca o autor, a reforma administrativa iniciada em 1974 tinha como objetivo racionalizar a formulação de políticas públicas da área econômica por meio da criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico (lei 6036/1974). O Conselho se tornou uma espécie de árbitro nas decisões referentes às políticas públicas destinadas à economia.

Outro conjunto de regulamentos ampliou a autonomia da Presidência da República por meio de um afastamento das associações de classe que até então tinham assento nos conselhos econômicos (o que dificultou a realização de interesses de grupos estabelecidos no corpo do Estado). Algumas mudanças merecem destaque: o afastamento do Conselho Monetário Nacional do Presidente da Caixa Econômica Federal, Ministério da Agricultura e do Interior, a redução de seis para três dos representantes da iniciativa privada. O que tornou as mudanças mais significativas foram os membros que tinham acesso ao voto no conselho, número reduzido de dezesseis para dez (Codato 1995). Mudanças também ocorreram no Conselho Interministerial de Preços (CIP), que extinguiu a comissão consultiva, formada por representantes das Confederações da Indústria

e Comércio e Agricultura e pelas Confederações Nacionais dos Trabalhadores da Indústria e Comércio e Agricultura.

Em síntese, estas mudanças levaram a uma concentração burocrática e centralização administrativa que, sob supervisão direta do Presidente da República, passou a tomar as principais decisões sobre o planejamento econômico. Codato (1995, 59-60) aponta para o impacto destas mudanças:

É importante notar que na reforma administrativa de 1974 não se tratou de substituir um decisor importante (Delfim Netto) por outro (Geisel); um “estilo de governo” (mais informal) por outro (mais burocratizado); ou mesmo a simples troca de um centro de poder por outro (o CMN pelo CDE), numa espécie de “revolução burocrática” silenciosa, anódina e despida de interesse maior, cujas consequências só poderiam ser detectadas e medidas em termos exclusivamente formais. O alcance decisivo desse rearranjo na estrutura do Estado ditatorial não esteve, porém, restrito à modificação do organograma de governo, mas repercutiu também sobre as relações inter-burocráticas e a distribuição de funções e competências no interior do sistema estatal através da imposição de uma nova “tecnologia organizativa”, bem como nas ligações orgânicas entre a burguesia e seu aparelho de dominação política. O fim do corporativismo, ou pelo menos a série de empecilhos postos às relações formalizadas de consulta pela burocracia do Estado às organizações privadas que possuíam um acesso privilegiado às arenas decisórias mais importantes, gerariam uma crise importante (Codato 1995, 59-60).

As mudanças colocadas em marcha pela reforma administrativa de E. Geisel e sua equipe são elementos importantes para compreender o dissenso entre a ditadura e a burguesia brasileira e, num segundo momento, a reação. Contudo, constatar este fato é mais simples, compreender seus desdobramentos é trabalho mais complexo.

Atentos aos limites e aos objetivos deste artigo, não analisaremos os diversos projetos das diferentes frações da burguesia nacional nem a campanha contra a estatização. Neste aspecto, nosso objetivo é mais modesto: compreendermos tal movimento como primeiro ponto de inflexão na relação entre a elite do empresariado brasileiro e a ditadura, como aponta Cruz (1995, 64):

1) A campanha contra a estatização é desencadeada em fins de 1974; 2) ela é precedida de nítidos sinais de inquietação e de descontentamento nos círculos empresariais; 3) tendo sido lançada por alguns meios de informação, ela percorre algumas etapas: na primeira, a ofensiva é assumida exclusivamente por esses mesmos órgãos, que se apoiam na autoridade de algumas figuras gradas; na segunda fase, a discussão passa a incorporar entidades empresariais e se estende por outros espaços; por fim, fixada formalmente a posição do governo, a campanha se dilui e outros temas passam a ocupar o centro das atenções (Cruz 1995, 64).

Conforme demonstra Codato (1995, 85), a campanha contra a estatização da economia deu resultados “positivos”. No final, o governo Geisel não teve como resistir à pressão e não apenas o restante do planejamento do II PND foi abandonado, como o próprio plano foi alterado. Como assinala o autor:

(...)Além disso, o resultado prático dessas disputas entre as frações mais importantes da burguesia brasileira e as cúpulas da burocracia produziu uma série de modificações na

estrutura, na organização interna e no modo de funcionamento do Estado no Brasil pós-1979. A fim de responder às pressões sociais acumuladas no último período, o general Figueiredo procurou armar uma estrutura burocrática diferente, mais aberta e receptiva, reconstruindo os antigos canais de participação do grande capital nos assuntos do Estado e pavimentando novas vias de acesso ao seu aparelho. Houve, de fato, uma restauração dos padrões corporativistas suprimidos no pós-74 e uma redefinição dos centros de poder real. Nesse movimento, estreitaram-se de novo as relações da burguesia com o "Estado militar". Daí que seja preciso considerar com seriedade os elementos aqui discutidos para que se reavalie, criticamente, o sentido da ação empresarial no curso do processo de redemocratização do regime ditatorial brasileiro (Codato 1995, 85).

Ainda que tal aproximação tivesse como resultado o restabelecimento dos antigos marcos e da atuação das frações da burguesia brasileira marginalizadas pelo II PND, isto não diminuiu a presença no debate público dos empresários brasileiros. Como demonstraremos, ao contrário, o lançamento do Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa é um marco importante para compreender quais os próximos passos a serem dados para a manutenção do controle do processo de abertura política.

Desta maneira, a burguesia passa para o campo da ação propositiva. A título de exemplo, vejamos a afirmação de Severo Gomes, ministro do então governo Geisel exonerado em 1977. De acordo com o ex-ministro, a “nova” posição do empresariado brasileiro era mais tática que filosófica. Segundo ele, os empresários:

Sempre mostraram uma preferência por um regime autoritário, economicamente liberal, mas politicamente fechado, enfim um ‘salazarismo, mas, em vista da ausência, no atual governo, de um ministro com o qual eles pudessem fazer acordos diretos, eles passaram a reclamar uma abertura democrática (Codato 1995, 80).

Florestan Fernandes, em 1982, demonstrou claramente como as posições dos empresários poderiam ser observadas. De acordo com o autor:

Os que simplificam o problema da democracia e o colocam ilusoriamente como uma 'exigência da sociedade civil' ficariam espantados se pudessem ver claramente qual é o tipo de democracia que os setores estratégicos das classes dominantes, nacionais e estrangeiros, gostariam de estabelecer através da supremacia burguesa (isto é, por meio de sua capacidade de dominação de classe no seio da sociedade civil) e qual é a relação desse tipo de democracia com a ditadura existente. A ditadura deixou de ser prioritária para esses setores, mas não perdeu o caráter de uma necessidade inelutável, ao mesmo tempo econômica, social e política. O ideal, para eles, seria que ela se mantivesse, renovando-se e crescendo, de modo a gerar uma democracia de participação ampliada estável, esterilizada e controlada pelo tope das classes dominantes (ou seja, por suas elites no poder). O melhor dos mundos possíveis passa, portanto, para tais setores, pela ditadura, porém segundo uma lógica burguesa de capitalismo dependente internacionalizado: ao destruir-se, a ditadura daria à luz não ao seu avesso ou ao seu contrário, mas a uma forma política em que a autocracia burguesa fosse compatibilizada institucionalmente com a representação política, o regime de partidos e a rotina eleitoral. Como no passado, [...] haveria uma permanente fixação ditatorial ativa, operando por dentro e através do Estado burguês, pela qual as elites dominantes contariam com recursos políticos suficientes para impedir a instabilização da ordem e os convulsões políticos (Fernandes 1982, 99).

Portanto, o que a burguesia brasileira percebeu é que a ditadura havia atingido seu limite no que diz respeito à administração do Estado. Os desafios colocados, sobretudo pelo renascente movimento operário no ABC paulista, pareciam ir além da capacidade dos militares. Assim é possível constatar que, embora o uso da repressão institucionalizada fosse desejável, a gestão do Estado dava sinais de que não poderia conter o movimento ou, pior, criar líderes com condições reais de disputar as eleições.

Como demonstrou Chamayou (2020), a nova lógica da administração do capital buscava novos meios de acabar com o elemento ingovernável das democracias: a política. A partir da análise dos relatórios ligados às organizações patronais, reconstrói a nova orientação dos *policy makers*, que, a partir de então, sugerem operar a democracia com um percentual baixo de cidadãos ativos no processo.

A crise econômica dos anos 1970/1980 colocou à prova as explicações à esquerda e à direita. Do ponto de vista da esquerda, uma das vertentes marxistas, por exemplo, apontava que a contradição do Estado na sociedade capitalista era fruto da própria dinâmica da relação capital-Estado. Em síntese, no capitalismo o Estado deve preencher uma função de acumulação, ou seja, ajudar os industriais privados a acumular mais capital e, ao mesmo tempo, legitimar esta ação, ou seja, garantir uma lealdade em massa em relação ao sistema, como é possível notar em autores como Offe (1984) e O'Connor (1973).

Desta forma, a intervenção pública nem sempre é problema para a atividade econômica privada, mas, ao contrário, pode favorecer o desenvolvimento econômico na medida em que investe em infraestrutura, por exemplo. Por sua vez, a acumulação privada engendra custos sociais e ambientais, gerando conflitos que demandam novas intervenções do Estado que o fará, se quiser manter sua legitimidade e a do próprio sistema.

A versão neoconservadora da gestão da crise omite as contradições do sistema capitalista, operando uma deformação na análise. Assim, se para os marxistas “as sociedades capitalistas são sempre ingovernáveis” (Offe 1984 *apud* Chamayou 2020, 317), para os neoconservadores a ingovernabilidade da democracia é, justamente, sua política democrática. Nestes termos, o problema não é mais o funcionamento da economia capitalista, mas o funcionamento democrático da política (Chamayou 2020).

O que é possível notar é que houve um deslocamento da função/direção da intervenção do Estado na economia. O que a nova administração do capital percebia era que não seria possível ao Estado manter uma intervenção que garantisse, ao mesmo tempo, a escalada dos gastos públicos

para garantir o conjunto de demandas que vinham do campo político e as necessidades oriundas da intervenção do Estado na manutenção do sistema econômico.

Balizado por tal princípio, a disputa passa a ser orçamentária. Quanto mais despesas sociais forem exigidas dos Estados, menos haverá recursos para equilibrar o sistema econômico nos momentos de crise. Desmobilizar a política e reduzir a cidadania ao consumo passou a ser (e continua sendo) o mantra dos discursos que ganharam na palavra austeridade sua chave explicativa e a iniciativa privada seria o meio irredutível de manutenção de sistemas democráticos de governo. Reunimos alguns argumentos de lideranças empresariais brasileiras que apontam para essa direção.

Cláudio Bardella, na cerimônia onde os empresários defendem maior participação nas decisões econômicas, é sintomático do nosso argumento. Segundo ele, a abertura política era “um meio de resolver os problemas econômicos do país” numa defesa ampla de um “regime que se apoia na iniciativa privada” como caminho para a liberdade política (O Estado de São Paulo 1977, 48).

Outros argumentos nesta direção podem ser encontrados, por exemplo, no debate promovido pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 1977⁶, quando um grupo de empresários foi convidado a debater o que o periódico chamou de “abertura democrática”.

Alfredo Rizkalah afirma:

(...) Não há dúvida de que todos temos consciência de que uma sociedade politicamente aberta resiste muito mais aos impasses econômicos. (...) Como empresários, definimos democracia como uma economia de mercado, mediante o qual se viabiliza melhor uma democracia: é a economia do maior número. E a democratização do poder econômico (O Estado de São Paulo 1977, 48).

Laerte Setúbal, por sua vez:

O empresariado deseja a democratização não por convicção política, mas porque está pressionado por razões de ordem econômica decorrentes das medidas antipáticas e difíceis tomadas pelo governo [...] e com as quais eu concordo. Esse é o paradoxo: eu estou de acordo com essas medidas, mas quero mudar, apesar das medidas (O Estado de São Paulo 1977, 48).

Com exceção de Bresser Pereira, os entrevistados, mais ou menos abertamente, assumem que o AI-5 é o remédio mais eficaz. Luís Eulálio defende a incorporação à Constituição: “Eu não diria que é popular. Eu pessoalmente acho que o AI-5 deveria ser institucionalizado, adaptado à constituição, para deixar de ser uma medida de exceção”(O Estado de São Paulo 1977, 48).

⁶ Para além dos jornalistas convidados, na ocasião estavam presentes: Laerte Setúbal (diretor da Duratex e da FIESP), Américo Oswaldo Campiglia (Presidente da Associação das Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento de São Paulo), Alfredo Nagib Rizkallah (ex-presidente e conselheiro da Bolsa de Valores de São Paulo), Luis Eulálio Bueno Vidigal Filho (Presidente do Sindicato da Indústria de Autopeças) e Luís Carlos Bresser Pereira (professor da Fundação Getúlio Vargas).

Ao ser questionado por Eduardo Faria sobre como poderia ser uma medida constitucional, Luís Eulálio aposta na certa “plasticidade” do conceito de democracia:

Adaptável. Quando falei que o AI-5 pode ser adaptado ou é adaptável à Constituição, estava pensando exatamente na Constituição francesa. E a mesma coisa ocorre com a palavra democracia. Encontramos uma República Democrática Alemã, que é um país comunista, de regime totalmente totalitário; encontramos num regime monarquista, como a Suécia, um regime que é considerado democrático, onde o grau de socialização do povo ou, enfim, onde todos os anseios de uma sociedade moderna se encontram em maior grau. Por isso eu perguntei sobre a definição de democracia, pois seu conceito varia de acordo com o momento, com o povo e com o local. Eu não consigo encontrar uma definição de democracia estática (O Estado de São Paulo 1977, 48).

Américo Campiglia é mais direto. Os empresários podem conviver com o AI-5, pois é uma medida de exceção voltada para controlar o campo da política. Porém, não toleram o CIP, que era o instrumento criado para fazer intervenções na economia:

Eu vou abordar dois fatos contraditórios: o estado de exceção contribuiu para devolver a tranquilidade ao País, necessária para que o sistema empresarial pudesse produzir, trabalhar isso é inegável. Mas o estado de exceção criou o CIP, que o empresário não tolera. Não tolera as formas pelas quais ele age. Ele não admite nem as evidências comprovadas, de que a ação do CIP altera a formação vertical do custo, e tem que influenciar necessariamente o preço da venda, sem o que a empresa entra em desequilíbrio econômico. O empresário sofreu na carne, durante certo tempo, a intranquilidade social. Depois, veio a tranquilidade proporcionada pelo estado de exceção. O que o empresário teme, no momento, não é a volta às instituições democráticas, mas o perigo de um retorno aquela intranquilidade que era prejudicial não só a ele, mas também à Nação. Eu não acredito que haja um empresário que em sua consciência seja contra a democracia. Resta saber se a volta ao Estado de direito vai tirar aquela tranquilidade ou não. É o caso de se dizer: Vamos mudar; se voltar a baderna, fazemos outra revolução e voltamos ao estado de exceção (O Estado de São Paulo 1977, 48).

Outro apelo comum é a necessidade de um Estado forte que possa manter o controle dos processos políticos. No limite, um poder ditatorial capaz de militarizar a política e despolitizar a sociedade.

Tal argumento se aproxima do diagnóstico de Fernandes (1982) sobre o processo de abertura política. De acordo com o autor, o que a ditadura não conseguia mais garantir era um controle efetivo sobre a luta de classes no contexto de ressurgimento dos movimentos sociais, em especial, o operário. Como os militares não conseguiram resolver o problema do que o autor chamou de “poder burguês” a burguesia brasileira agora via o risco da ditadura se aprofundar, dragando-a juntamente para o conflito.

Assim, se a burguesia brasileira em 1964 buscou abrigo na ditadura para evitar a expansão dos direitos para a população, por meio de um debate público que estava colocado por meio dos

diversos grupos sociais que disputavam o espaço público⁷, em 1980 os limites desta atuação estavam claros, pois, em síntese, a ditadura não conseguiria dinamizar sua estrutura para garantir a continuidade do desenvolvimento do capitalismo nacional.

Tal constatação leva esta elite empresarial a procurar outras formas de gestão do governo. Como aponta Fernandes:

Em (sic) consequência, a ditadura se obsoletizou de modo mais rápido para os estratos estratégicos dos parceiros externos. Estes preferem a absorção da “síndrome ditatorial” por meio de uma *democracia forte* (na qual possam explorar melhor a associação com as bases burguesas internas na esfera de poder político estatal), respaldada, em vista das proporções atingidas no Brasil pela modernização satelizadora, em um Estado de segurança nacional com uma faca democrática e outra militarizada, sem que esta se desgarre daquela e se torne incontrolável. A nível econômico, portanto, existe um divisor de águas. Uma militarização global da ditadura não é funcional para as nações capitalistas centrais e sua superpotência e, muito menos, um sistema que possa deslocar as decisões “civis” sem questionamento político e ditar políticas econômicas com liberdade quase total. O que é irremediável, para enfrentar “emergências amargas”, não é tolerável a médio e a longo prazos (Fernandes 1982, 102).

Dessa forma, diante da percepção de que a ação política seria inevitável, a burguesia brasileira passou a organizar uma intervenção mais articulada no debate público. O objetivo era tensionar os rumos da abertura e, ao mesmo tempo, conferir legitimidade à sua atuação perante a opinião pública. É nesse contexto que analisaremos o Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa.

A ação dos empresários: O Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa

O lançamento do “Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa” (MNPLI) deu uma nova organicidade para a ação de classe da burguesia brasileira. Apresentada em 1978 ao Conselho Nacional de Propaganda (CNP) por Héctor Brenner, diretor da Denison Propaganda, foi lançada em 1980 e contou com o apoio de veículos, agências e anunciantes⁸.

Ainda que tenha sido assinada pelo CNP, o MNPLI englobou praticamente todo o campo publicitário brasileiro. Nossa análise procurará demonstrar, mais uma vez, a atuação política das

⁷ Este é, por exemplo, o argumento de Caio Navarro de Toledo (2004). Para o autor, o golpe foi, essencialmente, contra o processo de adensamento da democracia brasileira.

⁸ O MNPLI não passou despercebida da ditadura. Localizamos dois informes do Serviço Nacional de Informações (SNI) a respeito da campanha e de seus idealizadores. Ambos produzidos em 1985. O primeiro trouxe um levantamento do material produzido pelo MNPLI, com destaque para alguns “manifestos” produzidos entre 1984 e 1985. Consta, ainda, uma ficha de informação cadastral sobre a Denison Propaganda. O segundo documento é um pedido de atualização de dados e contém um histórico das ações do MNPLI realizadas até então, além de outros informes referentes aos líderes do CNP e sua “ficha política-ideológica” que, segundo o documento do SNI, nada constava. É possível que existam outros documentos dos serviços de espionagem com avaliações mais robustas sobre a visão dos militares a respeito daquele movimento, contudo, como não eram o foco deste artigo, não realizamos uma busca mais rigorosa nos arquivos disponíveis.

agências de propaganda⁹. Tomaremos por base o apologético livro organizado por Roberto Corrêa, que reúne extenso material sobre os dez anos da campanha.

O MNPLI teve dois anos de preparação e foi dividida em seis fases. A primeira corresponde ao lançamento da campanha (1980); a segunda em fevereiro de 1982; a terceira, em outubro de 1982; a quarta, em novembro de 1983; a quinta, entre 1984-1985; e a sexta, entre 1986 e 1987.

A extensão da campanha teve correspondência com a ampla divulgação que recebeu. Para além das palestras, os anúncios foram publicados em edições especiais nos cadernos de economia da grande imprensa, veiculação de anúncios na televisão, com o incentivo da TV Globo. Ao todo, somaram-se 96 jornais, 28 revistas e 50 emissoras de televisão envolvidas na divulgação das 21 peças produzidas durante o período.

As entidades de classe também manifestaram importante apoio para o andamento do projeto, 56 ao todo. A diversidade do grupo apontava para uma campanha horizontal, uma vez que poderiam ser encontradas ali desde as associações relativas ao meio publicitário (ABAP, APP, CONAR, CNAEP, CNP), incluindo aí as estrangeiras (Associação Nacional de Anunciantes – Venezuela e International Advertising Association (IAA) – EUA) assim como entidades representativas de outros setores (como a FIESP e a Federação Nacional dos Bancos) e empresas como Itaú, Brastemp S.A e Cia. Sousa Cruz.

A tabela abaixo apresenta um levantamento dos anúncios produzidos durante o período:

1	A melhor liberdade de escolha é a liberdade de escolha. Destaque: Nunca na História do Homem, se viu uma sociedade politicamente livre que não se baseasse num sistema econômico livre
2	Para exercer a livre iniciativa bastam duas condições: ser livre e ter iniciativa. Destaque: A excessiva intervenção estatal embota a iniciativa privada e inibe seu potencial criativo.
3	Se a livre iniciativa fechar os olhos a certas coisas, muito em breve ela poderá não ser mais livre. Destaque: A responsabilidade social é principalmente do Estado, mas também dos empresários e demais setores da sociedade.
4	Esta é uma lei que precisa pegar. Destaque: Às empresas privadas competem, preferencialmente, organizar e explorar as atividades econômicas. Apenas em caráter suplementar da iniciativa privada o Estado explorará a atividade econômica.
5	Sem estes acionistas, nenhum sistema de livre iniciativa poderá ir longe. Destaque: O capital privado é vital à sobrevivência da livre iniciativa. Ação não controladora é fundamento das economias não totalitárias.
6	Por muito que tenha sido feito, muito há para se fazer. Subtítulo: O Brasil tem pressa para que os benefícios da Livre Iniciativa alcancem todos os setores da Sociedade.

⁹ Em outros trabalhos realizamos estas reflexões. Para o caso específico das agências, ver Castro Netto (2019).

7	Esse espaço vazio pode ser responsável por muitos empregos a menos. Subtítulo: Na economia de mercado, a propaganda não é um fim: é um serviço da Sociedade.
8	A história do consumismo é a história do progresso. Subtítulo: Atende ao desejo humano de uma vida melhor: é para isto que existe pesquisa, invenção, desenvolvimento tecnológico, produção em massa.
9	Se todo mundo defende o consumidor, por que ele vive apanhando. Subtítulo: O consumidor é a sociedade. Ele possibilita a existência da empresa privada e sustenta o Estado.
10	Pelas "4 únicas maneiras de gastar dinheiro" você descobre o melhor sistema econômico. Destaque: o sistema de Livre Iniciativa não é apenas mais eficiente. É a base da Democracia.
11	O Movimento Nacional pela Livre Iniciativa agradece à OPEP pela demonstração da eficiência do nosso sistema. Destaque: Na Livre Iniciativa, o consumidor acaba sempre ganhando. Mesmo contra a força dos oligopólios.
12	A Livre Iniciativa tem tudo para entusiasmar os jovens. Pena que eles não saibam. Destaque: Educar para a Livre Iniciativa hoje é construir a Democracia de amanhã.
13	Não exagerem. Destaque: Quando o Brasil se prepara para eleger seu novo presidente, lembramos um pensamento milenar que é sempre atual (Láo-Tzé, 560 AC).
14	Compreendida e apoiada, a pequena empresa pode mudar o quadro social. Principalmente nesta hora de crise. Destaque: A pequena empresa deve ter um tratamento diferenciado.
15	Antes de começarem os jogos olímpicos de Los Angeles já tem um vencedor: a Livre Iniciativa. Destaque: Sem a participação do Estado, a iniciativa privada transforma um evento historicamente deficitário num empreendimento lucrativo.
16	Já que tentaram tudo para salvar a economia brasileira, por que não experimentar o melhor remédio: a Livre Iniciativa. Destaque: O fortalecimento do setor privado é fundamental para se alcançar o pleno emprego e a recuperação econômica.
17	Constituição. É a base essencial. Mas é só o começo. Destaque: O sistema de Livre Iniciativa é a base da democracia.
18	Cada espaço que um Governo ocupa é um espaço que o cidadão perde. Destaque: O sistema de Livre Iniciativa é a base da democracia.
19	Não há liberdade política sem liberdade econômica. Destaque: O sistema de livre iniciativa é a base da democracia.
20	Quanto mais poderoso um Governo, mais fraco é o povo. Destaque: O sistema de Livre Iniciativa é a base da democracia.
21	Washington, 10 de setembro de 1986. Textos de Ronald Reagan e José Sarney.

Tabela 01 — Anúncios da campanha Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa (1980 – 1988)

Fonte: Corrêa 2008, 19-20.

Para nossa análise, neste texto dividiremos o MNPLI em dois momentos. O primeiro corresponde às duas primeiras etapas, pois entendemos que representam o momento em que os principais objetivos são apresentados. O segundo corresponde ao contexto das discussões da

Assembleia Constituinte e da eleição de 1985, a sexta etapa da campanha, pois é possível notar uma mudança no discurso e no “tom” dos anúncios, enquanto as primeiras etapas apresentam o lucro e a iniciativa privada (1980) a última (1986) já avança contra o tamanho do Estado brasileiro. A seguir, na tabela 02, os anúncios veiculados nas três etapas:

1980: Primeira etapa	1. A melhor liberdade de escolha é a liberdade de escolha. 2. Para exercer a livre iniciativa bastam duas coisas: ser livre e ter iniciativa. 3. Se a livre iniciativa fechar os olhos a certas coisas, muito em breve ela poderá não ser mais livre. Destaque: A responsabilidade social é principalmente do Estado, mas também dos empresários e demais setores da sociedade.
Fevereiro 1982: Segunda etapa	1. Esta é uma lei que precisa pegar 2. Quando existe o lucro, todo mundo sai lucrando. 3. Sem estes acionistas, nenhum sistema de livre iniciativa poderá ir longe.
1986/1987: Sexta etapa	1. Constituição. É a base essencial. Mas é só o começo. Destaque: O sistema de Livre Iniciativa é a base da democracia. 2. Cada espaço que um Governo ocupa é um espaço que o cidadão perde. Destaque: O sistema de Livre Iniciativa é a base da democracia. 3. Não há liberdade política sem liberdade econômica. Destaque: O sistema de livre iniciativa é a base da democracia. 4. Quanto mais poderoso um Governo, mais fraco é o povo. Destaque: O sistema de Livre Iniciativa é a base da democracia. 5. Washington, 10 de setembro de 1986. Textos de Ronald Reagan e José Sarney.

Tabela 02 — Anúncios veiculados em 1978 e 1980
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Corrêa 2008.

O lançamento ocorreu no dia 16 de abril de 1980, com o discurso de Héctor Brenner. Ali lançou os princípios que norteariam as futuras etapas das campanhas. O primeiro destaque é para a divisão do mundo em dois sistemas alternativos: “a economia de estado e a economia de mercado”. Para Brenner, a diferença principal entre os modelos é que na economia de mercado existe a “prevalência da livre iniciativa, da liberdade do indivíduo e do seu poder de influência” (Corrêa 2006, 35).

Pondera os questionamentos ao capitalismo, ainda que “convictos e honestos”, “procedentes ou não”(Corrêa 2006, 36), contudo alerta que tais críticas poderiam tornar o sistema “vulnerável a outras correntes de pensamento ideológico que nada têm a ver com a essência, a índole e a legislação do nosso país” (Corrêa 2006, 36). Nestes termos se aproxima do discurso que ajudou a legitimar o golpe de 1964 ao retomar uma ideia de “raiz nacional”, cristã e liberal.

Brenner, contudo, amplia sua argumentação na medida em que associa a livre iniciativa não apenas ao campo da economia, mas ao fundamento da própria democracia. Em seu discurso afirma que “o sistema de livre iniciativa não se esgota como sistema econômico, mas é inerente à democracia” (Corrêa 2006, 36). Desta forma, procura sustentar a ideia de que a livre iniciativa representa não apenas um modelo de organização econômica, mas também uma forma de vida baseada na liberdade individual e política.

Essa concepção foi amplamente difundida pelo MNPLI, especialmente na primeira etapa, que buscava reforçar a relação entre liberdade política e liberdade econômica. Perspectiva essa sintetizada no slogan “nunca na História do Homem se viu uma sociedade politicamente livre que não se baseasse num sistema econômico livre” (Corrêa 2006, 36-37).

Por fim, o argumento de Brenner que ajuda a sustentar nossa hipótese: o MNPLI era um movimento propositivo, que procurava intervir no debate público:

Entretanto, entendemos que uma campanha de comunicação não é auto-suficiente nem encerra nosso esforço, mas é apenas o começo de um longo caminho que objetiva mobilizar homens, entidades e empresas, públicas e privadas, em favor do sistema de livre iniciativa. Somente obteremos sucesso na proporção em que conseguirmos motivar o engajamento e a participação das lideranças deste país, dos jornalistas, dos empresários, dos intelectuais, dos universitários, das entidades de classe, dos clubes de serviço, enfim, de todos os homens lúcidos que se identifiquem com o pensamento liberal, dispostos a estimular o debate que enriquece e promover o esclarecimento público (Corrêa 2008, 37).

Reunimos aqui os três anúncios da primeira e da segunda etapa da campanha. Todos seguem o mesmo padrão: uma imagem, acompanhada de um longo texto (ver exemplo da Figura 01). O primeiro: “A melhor liberdade de escolha é a liberdade de escolha”. O destaque: “Nunca na História do Homem, se viu uma sociedade politicamente livre que não se baseasse num sistema econômico livre”. O segundo, sob o slogan: “Para exercer a livre iniciativa bastam duas condições: ser livre e ter iniciativa”. O destaque era a excessiva intervenção estatal que embotava a iniciativa privada e inibia seu potencial criativo. O terceiro: “Se a livre iniciativa fechar os olhos a certas coisas, muito em breve ela poderá não ser mais livre”. O destaque, “a responsabilidade social é principalmente do Estado, mas também dos empresários e demais setores da sociedade”.

Os anúncios da primeira etapa receberam algumas premiações nacionais (como a categoria de “Serviço Comunitário” e a de melhor anúncio publicado no jornal “O Globo”) e internacionais (Festival Ibero-Americano de Publicidade, ficou em 2º lugar) todas em 1980. Foram veiculados três anúncios entre abril e outubro de 1980. Segundo Corrêa (2008), eram de meia página, publicados duas vezes por mês em jornais e mensais de página dupla em revista, somando um total de 300 publicações.



Figura 1 — Anúncio Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa – Primeira etapa

Fonte: Corrêa 2008, 39.

Ao final da primeira etapa, no V Encontro de Propaganda de Brasília (1980), Héctor Brenner fez um balanço do lançamento da campanha. Ao mesmo tempo em que comemorava a adesão dos grandes veículos de comunicação e das empresas, fez duras críticas à presença do Estado na economia brasileira por meio de uma série de dados estatísticos.

Procurava mobilizar o empresário nacional – ressaltou a importância do fortalecimento do mercado de capitais e da defesa do lucro – e a sociedade brasileira de maneira mais ampla que, na ausência de liberdade econômica, o que restava era o comunismo:

Portanto, é imprescindível despertar a consciência daqueles que combatem o lucro, até mesmo os bem-intencionados, que em verdade estão combatendo o sistema econômico liberal, estão combatendo o sistema de vida não escravizado e estão dificultando a viabilização da democracia. E aos escolaros em Marx devemos lhes recordar que os países que rejeitaram a economia de mercado e o lucro não resolveram sequer um dos problemas do mundo ocidental, de maneira melhor (Corrêa 2008, 49).

Ainda nos parece importante ressaltar a aproximação da relação entre liberalismo e democracia:

Por outro lado, o sistema de livre iniciativa não se refere somente a um sistema econômico, mas refere-se também a um sistema político. A própria democracia. Pois que a economia de mercado é objeto básico e essencial ao liberalismo político. Observem que se pode ter uma economia relativamente livre com governos autoritários. Mas a inversa não é verdadeira. Pois nunca na história do Homem se viu uma sociedade politicamente livre que não se baseasse num sistema econômico livre. Nunca. Não há exceções (Corrêa 2008, 47).

A segunda etapa teve início em fevereiro de 1982. Ao fazer o balanço, Héctor Brenner levantou os números. Foram 142 veículos – 120 jornais e 22 revistas – que publicaram cerca de 800 anúncios do MNPLI em todo o território nacional. A dinâmica seguiu a mesma lógica, ou seja, três anúncios seguidos de uma carta de explicação (ver exemplo na Figura 02).



Figura 2 — Anúncios da segunda etapa do MNPLI
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Corrêa 2008.

Os textos que acompanhavam as imagens, geralmente reforçavam um aspecto pedagógico da campanha: explicar as funções do Estado numa economia de mercado, o quanto a liberdade e a democracia dependiam da existência da empresa privada e uma defesa do lucro enquanto forma de proporcionar o desenvolvimento social.

Assim, repetem um conjunto de afirmações, como “livre iniciativa representa liberdade em sua expressão maior: de trabalhar, criar, produzir, expressar opiniões, eleger governantes etc. Isso você não encontra nos países de economia de estado, pois nunca houve um regime deste tipo que fosse livre”, destaque na campanha “Esta é uma lei que precisa pegar”. Na campanha em defesa do lucro (“Quando existe lucro, todo mundo sai lucrando”), a peça procurava defender o “lucro legítimo”, ou seja, aquele que foi obtido com honestidade, sem monopólios, na livre concorrência, sem iludir o consumidor ou com recursos fraudulentos. Defendia, ainda, a possibilidade da

obtenção de um “lucro honesto”. A última peça da campanha procurava fortalecer o sistema de ações, com um olhar especial para o chamado “capital de risco”.

Para o que nos interessa neste artigo, destacamos alguns trechos da fala de encerramento desta etapa, realizada em 3 de fevereiro de 1982, na cidade de Curitiba, capital do Paraná. De acordo com Brenner, é importante lançar um olhar especial sobre o consumidor e combater o que chamou de “consumerismo”, ou seja, o consumo exagerado e desnecessário de coisas. Brenner retoma uma tópica comum dos defensores do consumismo, ou seja, quem tem a palavra final é o consumidor, é ele quem “tem o direito de dizer não”. Talvez, animado por esta proposição é que faz a afirmação que destacamos:

Também o consumidor em si deve merecer atenção. É suficiente pensar que o consumidor somos nós. O consumidor é o ser humano, sem distinção de qualquer natureza. Não importa onde ele se encontre, que produtos ou serviços consuma e em que quantidade. Quando o ser humano nasce, depois de chorar, a primeira atitude é de consumo - o leite materno. E quando o ser humano morre, a sua última atitude é deixar de consumir ar. O consumidor é a sociedade. E é evidente que a sociedade deve ser protegida. Desde o leite materno até o ar que respiramos (Corrêa 2008, 59).

Estes anúncios têm em comum o apelo na tentativa de estabelecer uma relação direta entre democracia e liberalismo econômico. Nestes termos, não havia outra possibilidade de existência da democracia fora dos marcos liberais o tal “sistema de vida não escravizado” como disse Brenner. No limite, o que a campanha procurava ressaltar era que a disputa envolvia não apenas a economia, mas uma forma de vida.

Assim, entendemos que estes anúncios constroem a visão reducionista da burguesia brasileira sobre democracia, liberdade e livre iniciativa. Vale notar ainda que este discurso consolida a ideia de que a crise era produto da ação expansiva do Estado que, além de ocupar espaço excessivo na economia, era ineficiente e impedia a ação de outros setores mais competentes de assumir o protagonismo. A mobilização política no contexto pós-1979, por sua vez, era explicada não como um problema da própria dinâmica da economia capitalista, mas como a causa da própria crise, na medida em que “força” o Estado a agir regulando o sistema, neste caso, as relações trabalhistas, gerando instabilidade.

Este foi o tema da sexta etapa da campanha. Ao contrário das outras que veiculavam três anúncios, esta veiculou um total de cinco. No momento dos debates que envolviam a redação da nova Constituição, o MNPLI incitou o público a “ficar de olho” naqueles deputados que seriam eleitos para participar da elaboração do texto. Também nos parece que a burguesia brasileira havia atingido grau maior de sistematização ideológica, ao menos no que diz respeito às ideias neoliberais, como é possível perceber também no pensamento de economistas como Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões. Menções a Milton Friedman e F. Hayek eram esparsas, constando

apenas algumas passagens, como é o caso do discurso de Héctor Brenner, por ocasião do lançamento da MNPLI, em 1980. No debate entre os empresários realizado pelo Estado de São Paulo apenas uma menção a F. Hayek aparece.

A partir de então, o pensamento de tais autores passou a ser veiculado com mais intensidade, como é possível notar pelos textos de divulgação pelo grupo e pela mudança no tom das peças. No livro organizado por Roberto Corrêa, como espécie de anexo, o organizador retoma um grupo de ensaios publicados por destacados economistas liberais e empresários. Octávio Gouvêa de Bulhões contribuiu com a publicação do “Preparo de ambiente propício às inovações” em outubro de 1983. Roberto Campos, “Ensaio sobre as liberdades e função da empresa privada” (1983), “Estado e iniciativa privada”, de Roberto Konder Bornhausen (1984), Jorge Gerdau Johannpeter, “Em defesa da livre iniciativa” (1985) e Ingo Hering, “A importância do capital de risco para a livre iniciativa” (1985).

Estes (e outros) textos, como Héctor Brenner afirma, fazem parte de um novo movimento dentro da campanha, um esforço mais intenso de “divulgação” das ideias no contexto da Assembleia Nacional Constituinte. Como Brenner afirma:

O Movimento participa também de palestras e seminários, bem como da edição e publicação de livros e materiais diversos. Continuando na linha dos objetivos do Movimento, de contribuir aos debates dos problemas nacionais, estamos promovendo a difusão do pensamento de algumas das mais expressivas figuras do nosso quadro econômico, identificadas com os conceitos essenciais do sistema de livre iniciativa (Corrêa 2008, 151).

Nesta etapa, as mensagens são mais agressivas e apontam na direção de um confronto, ao que parece, não apenas contra a gestão do Estado pela ditadura, mas contra a existência do próprio Estado, passando a assumir algumas premissas clássicas elaboradas pelo neoliberalismo.

Na declaração feita à imprensa por ocasião do lançamento da sexta etapa (com o objetivo de contribuir para o debate da nova Constituição), Héctor Brenner, afirma que a eleição dos governadores não poderia ofuscar o debate sobre como os deputados constituintes atuarão na elaboração do texto.

Brenner procura retomar o antigo slogan da campanha que se repete (à exaustão) em vários momentos: “nunca na história do homem, se viu uma sociedade politicamente livre que não se baseasse num sistema econômico livre”. Na sequência, aparece pela primeira vez uma relação mais direta com o pensamento neoliberal, especialmente a ideia de que o Estado pode extrapolar sua obrigação de regular a sociedade para regular o indivíduo, num raciocínio aparentemente tributário dos conceitos de “democracia ilimitada” e “democracia totalitária” dos quais falou F. Hayek:

Nas relações entre Estado e povo é necessário também lembrar que cada serviço que o Estado presta, cada norma que um governo formula implica uma redução de direitos de autonomia e liberdade do cidadão. As pessoas não percebem que o verdadeiro controle que qualquer governo possa exercer é o controle da pessoa (São Paulo, 29 de julho de 1986 *apud* Corrêa 2008, 120).

Brenner vai além e parece cumprir à risca os princípios da nova ideologia ao afirmar, por exemplo, que os “governos controlam as pessoas, obrigando-as ou proibindo-as de fazer determinadas coisas”. É forçoso retomar a análise, o que entende por liberdade vincula-se estreitamente à liberdade de mercado e como, rapidamente, este controle extrapola do mercado para a vida pessoal. Tal extravasamento urgia a necessidade de “limitar os poderes do governo para proteger os direitos de todos os cidadãos e restabelecer o princípio de que a função do Estado é servir ao povo e não servir-se dele” (São Paulo, 29 de julho de 1986 *apud* Corrêa 2008, 120).

Por fim, como ressaltou Chamayou (2020), a burguesia brasileira também começava a perceber o debate da luta de classes dentro da disputa do orçamento público. Brenner alerta que os benefícios da ação governamental (escolas, hospitais etc.) vêm da outorga dos poderes a ele pelo povo. Contudo, tais benefícios se fazem às custas de mais autoridade e mais dinheiro, ou seja, “cada vez que o povo pede ao governo um novo serviço ou lhe atribui uma nova função, está-se tornando mais dependente e criando a necessidade de novos e maiores impostos” (São Paulo, 29 de julho de 1986 *apud* Corrêa 2008, 120).

Como remédio para evitar tais problemas, elenca as 5 condições para que a Livre Iniciativa (entendida como o remédio natural contra o “autoritarismo democrático”) funcione plenamente. Tais condições retomam a relação entre democracia e liberalismo, tendo a propriedade privada como garantidora da liberdade, “essencial à auto-sustentação do homem livre” (São Paulo, 29 de julho de 1986 *apud* Corrêa 2008, 120). Assim, os anúncios da sexta etapa assumem um tom mais agressivo, não apenas nos slogans, mas também nos dizeres.

É interessante notar a modificação das imagens utilizadas (Figuras 03 e 04), pois aprofundam a questão do Estado que oprime, ainda que num contexto de transição para a democracia e os debates da Constituinte. A figura 04, em especial, traz as algemas que agora remetem não mais apenas ao Estado ditatorial. Como já avaliamos, o MNPLI direciona seus argumentos agora nos perigos da existência do próprio Estado, seja ele de que tipo for.

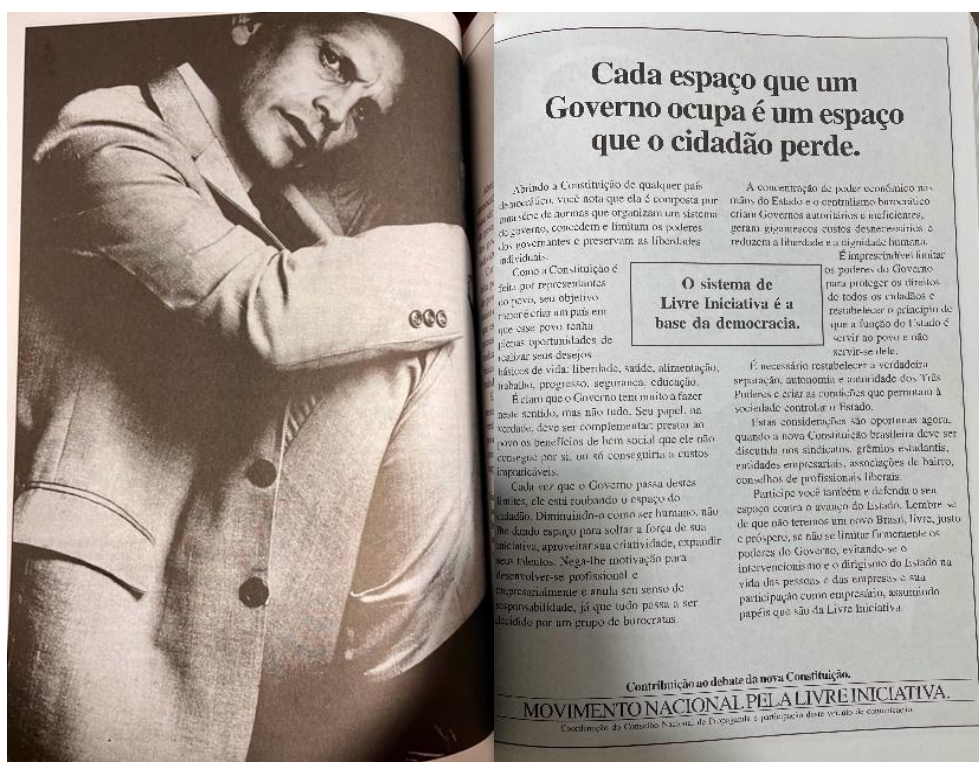


Figura 3 — Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa Sexta Etapa

Fonte: Corrêa 2008, 134 - 135

Como ressaltamos, o conjunto de mensagens desta sexta e última etapa é mais incisivo. Os textos que acompanham os anúncios são muito explícitos ao chamar a atenção da população para a extrapolação das ações do governo, pois, “cada vez que passa destes limites, ele está roubando o espaço do cidadão”. Também adianta o discurso que será comum nos anos 1990, não apenas o do “autoritarismo e da ineficiência”, como também o da redução da “liberdade e dignidade humana”.

Os outros anúncios seguem o mesmo padrão ao repetirem o novo mantra, segundo o qual “os direitos e liberdades individuais representam desejos básicos do povo”, princípios estes que só podem ser garantidos “no sistema de Livre Iniciativa”¹⁰. Ainda no que diz respeito à Constituição, a peça “Constituição. É a base essencial. Mas é só o começo”, garante que cabe à Constituição instituir a democracia, porém “deve ser fiel ao princípio básico da propriedade privada”.

¹⁰ “Não há liberdade política sem liberdade econômica”. Peça publicitária que compõe a sexta etapa do MNPLI.

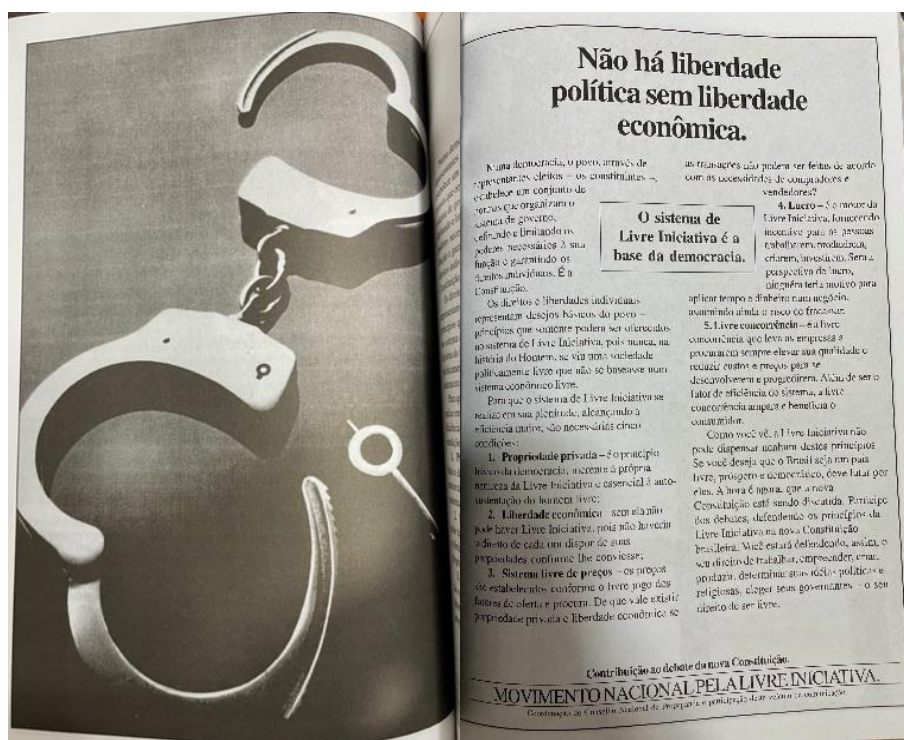


Figura 4 — Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa - Sexta Etapa
Fonte: Corrêa 2008, 136-137

Conclusão

A transição da ditadura no Brasil tem camadas complexas de interpretação. Para além do olhar sobre os novos movimentos sociais (Sader 2007) e a retomada do protagonismo das ruas, especialmente com o movimento operário pós-1979, é importante observar como a burguesia brasileira procurou se posicionar neste processo.

Como destacamos, a partir dos textos de Codato (1995 e 2004), a burguesia brasileira assume uma posição de classe quando percebe que a ditadura estava invadindo de maneira unilateral o campo da economia. O que podemos chamar de primeira dissidência – a Campanha Contra a Estatização – teve como mérito forçar o recuo das reformas propostas pela Presidência de Ernesto Geisel, especialmente aquelas relacionadas ao II PND posteriormente, abandonadas.

A segunda dissidência, representada pelo lançamento da MNPLI, teve como objetivo disputar o debate público no momento em que a abertura política passou a tomar ritmo mais acelerado do que a ditadura pretendia, com a presença de movimentos sociais que, sob diversos aspectos, tensionavam o processo.

Neste contexto, como notou Codato (1995), reforçando a tese de Fernandes (1982), a burguesia brasileira retoma a aliança com a ditadura, assumindo viés mais conservador ao negar qualquer tipo de aliança com o movimento social, especialmente, o operário. Se tal alinhamento

entre burguesia e militares em 1968 resultou no fechamento do regime, com o Ato Institucional nº 05 (Codato 2004) nos anos 1980, retoma a forma da contrarrevolução preventiva (Fernandes 1976).

A MNPLI é parte desta ofensiva. Durante a campanha é possível notar que o empresário, enquanto classe, se articula por meio do “movimento”, como chamou Héctor Brenner, e retira da democracia sua dimensão de soberania popular e da amplitude de acesso à cidadania. A partir de então, democracia é entendida apenas como espécie de apêndice da economia de livre mercado, sendo, sempre que necessário, suspensa por meio da força (daí a aproximação com a “democracia forte” da proposta de abertura política) para despolitizar a sociedade. Assim, o MNPLI transcende a mera propaganda e consolida-se como face sofisticada de uma ação de classe, ou seja, uma contraofensiva ideológica da burguesia brasileira.

Não é o caso aqui de incorrer no anacronismo e chamar as coisas por aquilo que elas não são. O que estamos analisando neste texto é uma espécie de “transição dentro da transição”. Como destacou Fernandes (1976; 1982) a burguesia reconheceu que os limites da ditadura para fazer a gestão econômica/social estavam superados ou em vias de superação.

Reconhecer estes limites foi o *leitmotiv* que levou as elites patronais a se reorganizarem. Como destacamos no texto, não houve a construção de uma nova sensibilidade política que fosse menos inclinada ao autoritarismo, mas, isto sim, a busca de uma nova forma de gestão social que não fosse abertamente autoritária, mas que se mantivesse à espreita.

Referências:

- “Abertura democrática divide os empresários”. *O Estado de São Paulo*, 04 de setembro de 1977, 48.
- Argolo, José Amaral. *Direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- Castro Netto, David Antonio. 2019. “As agências de propaganda, o golpe e a ditadura militar brasileira”. *Revista ECO-Pós*, 22, n. 2 (2019): 112 - 137.
- Chamayou, Grégoire. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- Chirio, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- Codato, Adriano. “O golpe de 1964 e o regime de 1968: Aspectos conjunturais e variáveis históricas.” *História: Questões & Debates*, 40, n. 1 (2004): 11-36.
- Codato, Adriano. “A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e os rumos da transição.” *Revista de sociologia e política*, n. 04-05, (1995): 55-87.
- Corrêa, Roberto. *Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa: uma contribuição da Publicidade à democracia brasileira*. São Paulo: ESPM, 2008.
-

Cruz, Sebastião C. Velasco. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974 – 1977)*. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1995.

Fernandes, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

Fernandes, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Fico, Carlos. “Brasil: a transição inconclusa.” Em *Violência na história: memória, trauma e reparação*, por Maria Celina Araújo, Carlos Fico e Monica Grin, 25 - 38. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

Hobsbawm, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. 1. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Kuntz, Rolf. "Mesa redonda: Abertura democrática divide os empresários". *O Estado de São Paulo*, 04 de setembro de 1977, p. 48-51.

O'Connor, James. *The fiscal crisis of the State*. New York: St. Martin's Press, 1973.

Offe, Claus. *Contradictions of the Welfare State*. Londres: Hutchinson, 1984.

Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Toledo, Caio Navarro de. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia” *Revista Brasileira de História*, 24, n. 47 (2004): 13-28.

Recebido: 12 de janeiro de 2026

Aprovado: 28 de junho de 2026